

Alicerce do diálogo

CRISTOVAM BUARQUE

Há 30 anos, eu estava numa parada de ônibus, em uma avenida de Recife, quando um pequeno carro parou. O motorista era o deputado estadual Marco Antonio Maciel. Ele, um forte defensor do regime militar, eu, um militante de esquerda.

Apesar da extrema diferença política, foi possível manter um diálogo durante o trajeto que fizemos. Ele dizia que o regime mudaria e a democracia voltaria, em poucos meses, pelas mãos daqueles que participavam dele. Eu afirmava que o regime estava assassinando gente, entregando o país e impedindo a construção da justiça social.

Na semana passada, fui ao presidente Fernando Henrique Cardoso defender a idéia da troca da dívida externa por bolsa-escola para os países mais pobres do mundo. Sugerir que esta proposta fosse defendida na Assembléia das Nações Unidas. O presidente, para minha surpresa, aceitou de imediato. Disse que não iria à reunião das Nações Unidas, mas indicaria ao vice-presidente, Marco Maciel, incluir a proposta no discurso brasileiro. No lugar do diálogo dentro de um carro pequeno, numa avenida recifense, agora eu estava no Palácio da Alvorada, em Brasília, outra vez em oposição política ao meu interlocutor.

O diálogo foi possível antes, no carro, e agora, no palácio. O que torna possível um diálogo entre forças e pessoas com fortes diferenças políticas é um objetivo comum.

Juscelino Kubitschek conseguiu isso com sua proposta de desenvolvimento. Durante cinco anos, muitas

discordâncias ocorreram e uma forte oposição tentou inviabilizar muitos dos programas que ele defendia, mas havia um sentimento nacional, que permeava a todos, de que certos objetivos eram pluripartidários. Havia um sentimento de unidade e de urgência em relação a um conjunto básico de objetivos estratégicos.

Nenhuma democracia merece este nome sem diálogo contínuo entre todas as forças e todas as lideranças políticas. Nenhuma se mantém, nem se justifica se não houver um conjunto de objetivos que unifiquem o país.

O Brasil carece hoje desse conjunto de objetivos. Daí um governo que só esporadicamente aceita o diálogo, se mantém fechado entre os grupos que o apóiam, e uma oposição pare-

cendo raivosa, como se estivesse sempre contra tudo. Nossa democracia precisa de mais diálogo e, sobretudo, de objetivos maiores, nacionais e populares.

Entre esses, talvez nenhum seja mais facilmente aceito do que um imenso programa nacional que incorpore todas as crianças do Brasil à escola. Um programa que acabe com a lamentável comemoração do Governo ao afirmar que superou a marca de 90% das crianças matriculadas, em vez de assumir o fracasso de ainda ter quase dez por cento sem matrícula. Um programa que acabe com a farsa de citar número de matrículas em escolas, quando o que é importante é saber se as crianças estão frequentando as aulas, aprendendo e se formando.

No Brasil de hoje, depois de 15 anos de democracia, seis de um governo de origem social-democrata, ainda temos milhões de crianças fora da escola, milhões delas trabalhando no lugar de estudar, dezenas de milhões que se matriculam, mas não frequentam a escola regularmente, outras tantas que frequentam mas são contumazes repetentes e quase todas que frequentam, mas pouco aprendem numa escola sem qualidade. A colocação de todas essas crianças na escola, frequentando e estudando, em escolas da mais alta qualidade, pode ser o centro de um diálogo, como foi há alguns anos a retomada da democracia, como foi a anistia, a Constituinte, a eleição direta.

Feito esse diálogo, a educação, que é o alicerce do futuro do país e de ca-

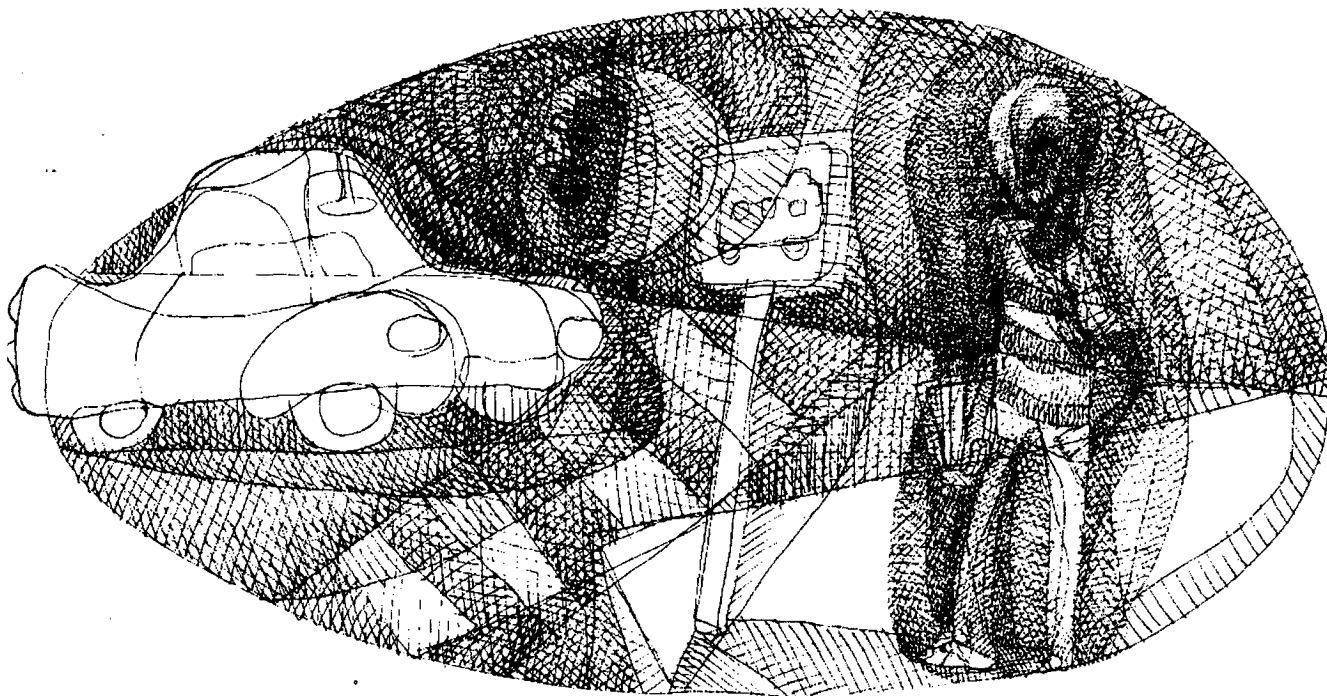
Alvim

da um de seus indivíduos, pode se transformar, também, no alicerce da própria democracia, como um instrumento de sua construção no futuro e como o pretexto para o diálogo no presente.

Ao descobrir nas crianças brasileiras uma razão para o diálogo, os políticos brasileiros teriam uma razão para usar suas diferenças na construção de um Brasil novo, no lugar de usá-las apenas num cansativo processo de destruição mútua que termina destruindo o próprio país. O diálogo teria de ser feito com muita discordância em relação aos meios a serem usados e ao destino dos recursos dos quais dispomos, mas com uma concordância absoluta: em dez anos, todas as nossas crianças estariam estudando — mais que apenas matriculadas — em excelentes escolas.

Um caminho para alcançar esse objetivo está naquilo que o vice-presidente defendeu nas Nações Unidas, por indicação do presidente: uma troca de dívida por educação. Não apenas a troca da dívida externa para as crianças dos países pobres, mas a dívida financeira interna, dentro do Brasil, para pagar a dívida que os políticos brasileiros têm com as crianças brasileiras.

Isso é possível, os recursos existem e sobram. São desperdiçados ou servem a outros fins. Falta apenas um grande acordo nacional para saber quem paga para que as crianças e o futuro do país sejam beneficiados.



CRISTOVAM BUARQUE é presidente da ONG Missão Criança e ex-governador do Distrito Federal.